



A AÇÃO REVELADORA DE DEUS NA HISTÓRIA COMO CONDIÇÃO PARA A EXPERIÊNCIA E TRANSMISSÃO DA FÉ

Wagner Francisco de Sousa Carvalho

Mestre em Catequética pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma

Álvaro Vitor dos Santos

Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia do Seminário Provincial Sagrado
Coração de Jesus

Resumo: A Igreja, ao realizar o Concílio Vaticano II, empreendeu um esforço significativo para aproximar a Palavra de Deus da vida concreta dos fiéis. No entanto, ainda percebemos um abismo entre a mensagem do Evangelho e o estilo de vida de muitos cristãos. Essa realidade nos convoca a repensar a catequese como etapa fundamental no processo de transmissão e educação da fé, visando justamente essa necessária sintonia entre fé e vida. Em sua raiz etimológica, "catequese" significa fazer ressoar, tornar a Palavra audível e proclamá-la como anúncio vivo. A Igreja, ao longo dos séculos, desenvolveu progressivamente essa compreensão. Já nos primeiros tempos do cristianismo, entendia-se a catequese como um caminho de iniciação ao mistério de Cristo - um processo gradual, celebrativo e contínuo. Nesta perspectiva, a revelação divina na Pessoa de Jesus de Nazaré constitui o fundamento essencial para a experiência de fé, tanto pessoal quanto comunitária. A catequese cumpre plenamente sua missão quando possibilita ao discípulo de Cristo assimilar profundamente o Evangelho a ponto de sua própria vida se tornar comunicação viva da mensagem cristã. Assim, o que antes era Palavra distante transforma-se em presença tão íntima que o modo de existir do cristão se converte, para o mundo, em expressão concreta da Palavra de Deus.

Palavras-chave: Bíblia. Catequese. Revelação. Transmissão. Fé.

Abstract: The Church, celebrating the Second Vatican Council, made a significant effort to bring the Word of God closer to the concrete lives of the faithful. However, we still perceive a chasm between the message of the Gospel and the lifestyle of many Christians. This reality calls us to rethink catechesis as a fundamental stage in the process of transmitting and educating the faith, aiming precisely at this necessary harmony between faith and life. In its etymological root, "catechesis" means to make the Word resonate, to make it audible and to proclaim it as a living proclamation. The Church, over the centuries, has progressively developed this understanding. Already in the early days of Christianity, catechesis was understood as a path of initiation into the mystery of Christ - a gradual, celebratory and continuous process. From this perspective, divine revelation in the Person of Jesus of Nazareth constitutes the essential foundation for the experience of faith, both personal and communal. Catechesis fully fulfills its mission when it enables the disciple of Christ to deeply assimilate the Gospel to the point that his or her own life becomes a living communication of the Christian message. Thus, what was once a distant Word becomes such an intimate presence that the Christian's way of being becomes, for the world, a concrete expression of the Word of God.



Keywords: Bible. Catechesis. Revelation. Transmission. Faith.

Introdução

Compreender a dimensão formativa da Igreja como processo de conformação e assimilação dos sentimentos das pessoas aos de Cristo, faz-se, antes, necessário entender a pedagogia divina como comunicação gradual do amor de Deus revelada, ao longo da história, em vista da salvação da criatura humana. Analogicamente, essa manifestação se deu segundo as circunstâncias humanas e culturais do tempo, a fim de que todos pudessem conhecer a sua misericórdia divina na própria condição em que se encontra. Como Pai e educador, o próprio Deus tomou a sua iniciativa em vista da libertação do seu povo e o conduziu à maturidade e liberdade plena. No seu Filho se deu a realização perfeita desse projeto salvífico, trazendo ao mundo o dom da salvação. Essa pedagogia divina revelada por amor de Deus na Pessoa de Jesus, seu Filho, foi continuada na força do Espírito Santo, quando este, antes da Páscoa é anunciado e prometido a todos os discípulos, como “Dom e Doador de todos os dons”. Dessa revelação trinitária de amor, a Igreja herda a missão de anunciá-la, mas também de educar a resposta de fé das pessoas na sua relação com este sonho revelado por Deus à humanidade.

A seguir, percorreremos esse sonho Deus em três etapas. A primeira na sua compreensão presente Antigo Testamento. A segunda, como se deu no Novo Testamento e, por fim, como a Igreja, a partir desse sonho, pautou a sua missão e a ofereceu como resposta para que cada pessoa humana se encontrasse diante do Verbo Revelado.

1 A Revelação divina na visão do Antigo Testamento

Pannenberg (2021, p. 111) considera a afirmação sobre Deus uma “palavra-chave” para a compreensão religiosa do mundo. No entanto, Deus não se apresenta como um objeto lógico plenamente cognoscível por meio da simples apreensão. Sua existência não é evidente, nem intuitiva, tampouco acessível apenas pelo exercício da razão. Isso, porém, não invalida a Teologia como discurso sobre Deus; ao contrário, ressalta a força dinâmica que emana da revelação.

No Antigo Testamento, a revelação é compreendida como um ato da vontade livre, soberana e poderosa de Deus. Sendo o autor da vida e de todas as coisas, é o próprio Deus



quem se revela ao povo, por meio de seus profetas, dirigindo-se a eles como a amigos (Ex 3). A teologia da revelação encontra seu fundamento na “palavra do Senhor”.

O exemplo inaugural encontra-se em Gênesis 1: Deus cria o universo por sua palavra. Além da narrativa da criação, os relatos da eleição de Abraão e de Moisés evidenciam com clareza o poder divino expresso no ato de falar (Gn 12; Ex 3). Esses textos revelam uma característica profunda da experiência de fé de Israel: a centralidade da escuta em relação à visão (Fisichella, 2015, p. 70).

O sujeito bíblico valoriza mais a escuta do Senhor do que a sua contemplação. Para o povo eleito, é muito mais significativa a experiência de acolher a Palavra no silêncio e na escuta atenta. Em vez de responder prontamente ao diálogo iniciado unicamente por Deus, o judeu se relaciona com *lahweh* por meio da meditação silenciosa. Isso fica evidente no relato da vocação de Moisés: embora tenha falado “face a face” com Deus, o profeta não teve uma revelação visual plena, mas apenas pôde ver as costas do Senhor (Ex 33,20). Ver a Deus, portanto, é algo extraordinário, enquanto escutá-lo é essencial para a constituição do povo como povo de Deus. Diferente dos gregos, que valorizavam o ideal da contemplação, o *Shema* Israel permanece como sinal distintivo da fé judaica, marcando sua identidade em relação às demais religiões (Fisichella, 2015, p. 70). Assim, o verdadeiro privilégio do povo hebreu está na experiência de Deus mediada pela “palavra do Senhor”.

Se outras religiões e culturas procuraram e exaltaram a “visão” do divino, o povo eleito foi educado para dar a máxima importância – embora não exclusiva – à “escuta”, a tal ponto que, nas próprias “teofanias”, a manifestação sensível está totalmente a serviço da palavra (Forte, 2018, p. 160).

É por meio da palavra que se inaugura a história da salvação e se realizam todos os eventos fundamentais. Pela palavra, *lahweh* se manifesta: “Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac, o Deus de Jacó” (Ex 3,6); estabelece sua aliança com o povo e lhe entrega as “Dez Palavras” (cf. Ex 34,28); revela-se, de modo pedagógico, como o “Deus próximo” (cf. Dt 4,7). Seu poder e glória se tornam evidentes na libertação da escravidão no Egito (cf. Ex 13,17–18,27), na teofania do Sinai (Nm 9,15–23), na ruptura e renovação da aliança (cf. Ex 19–24), nos sinais realizados pelos profetas e na concessão da Terra Prometida (cf. Js 1–12). É, portanto, por meio da palavra que Deus se dá a conhecer aos nossos primeiros pais na fé.



A concepção de revelação no Antigo Testamento segue um itinerário de três momentos fundamentais: a iniciativa do Senhor, a resposta humana e o impacto da palavra divina na história e na vida dos homens. É sempre Deus quem toma a dianteira na revelação de si mesmo – o que se evidencia nos relatos vocacionais de Abraão, de Moisés e na eleição de outros profetas, como Jeremias: “Veio a mim a palavra do Senhor” (Jr 1,4). A partir do acolhimento positivo de sua vontade, desvela-se dinamicamente sua imagem como o “Deus vivo”, que intervém na história, a desconstrói e a renova. Essa ação se dá precisamente por causa da pureza de sua transcendência – fortemente reconhecida pelo monoteísmo hebraico – e não apesar dela. A fórmula “Deus disse” expressa, ao mesmo tempo, a primazia de Deus em relação ao ser humano e o sentido profundo da salvação: trata-se de uma iniciativa livre, gratuita e consciente de amar (Forte, 2018, p. 164).

Portanto, a palavra pronunciada pela boca de Deus inspira, orienta e determina a vida do povo ao longo da história, desde os patriarcas (Abraão, Isaac, Jacó) até os juízes e profetas. Nesse período, a revelação é compreendida, predominantemente, como ação divina: é Deus quem comunica sua palavra onipotente e onisciente. É por meio da palavra falada que Israel conhece a Deus de forma auditiva. Sem uma escuta ativa — entendida como a atitude de silenciar as vozes externas e internas para discernir a Palavra — o povo não realiza uma experiência autêntica do Deus vivo e verdadeiro. Essa exigência de escuta está ligada à concepção semítica de que a fala expressa a totalidade da pessoa, revelando seus afetos, pensamentos, intenções e propósitos. Assim, Deus se dá a conhecer ao ser humano de múltiplas formas, por meio de eventos e palavras, sempre através da mediação profética (Fisichella, 2015, p. 72).

2 A compreensão da Revelação a partir de Jesus Cristo

Deus continua a dirigir sua palavra ao povo, agora não mais por intermédio dos profetas, mas por meio do Filho (Hb 1,1). A Carta aos Hebreus torna-se emblemática nesse contexto, ao sintetizar as duas alianças de Deus com seu povo: a antiga e a nova. Sua originalidade está na apresentação de uma relação contínua entre o revelante e o revelado. Em outras palavras, revela-se a unidade entre o sujeito e o conteúdo da revelação. É o próprio Deus quem age: Ele é o sujeito que realiza a obra da revelação e, ao mesmo tempo, é a própria mensagem, a novidade plenamente manifestada no Filho. Nesse processo, percebe-se um notável estreitamento da mediação. Deus já não fala por meio de múltiplas palavras ou



oráculos, mas comunica-se concretamente, tornando-se visível e audível na carne humana. Assim, em Jesus Cristo, Deus fala e revela a si mesmo de forma plena – não apenas por meio de palavras, mas por sua própria presença encarnada (Fisichella, 2015, p. 72).

Conforme Fisichella (2015, p. 73), os evangelistas sinóticos – Mateus, Marcos e Lucas – abordam o mistério da revelação por meio de verbos como *keryssein* (anunciar), *euangelízein* (evangelizar) e *didáskein* (ensinar), destacando sua dimensão de novidade e de anúncio. Já o apóstolo Paulo emprega termos como *apokalyptein* (revelar), *phaneroún* (manifestar) e *protíthein* (propor) para expressar a manifestação de uma realidade antes oculta, mas agora revelada e conhecida. Ao contrário de Israel, cuja identidade religiosa está profundamente marcada pela escuta da palavra, o seguidor de Cristo — a Palavra viva — é chamado a contemplar a face de Deus na própria pessoa de Jesus. Cristo é, portanto, a revelação plena do mistério divino, e à Igreja cabe a missão de anunciá-lo e testemunhá-lo, como se vê claramente nos Atos dos Apóstolos (Fisichella, 2015, p. 72–73).

No Evangelho segundo João, a teologia do Logos leva à plenitude a autocomunicação divina iniciada com Israel, ao afirmar a encarnação do Verbo. Para João, o Deus que “ninguém jamais viu” dá-se a conhecer definitivamente na pessoa do Filho (Jo 1,18). A revelação acontece na dinâmica do Verbo que, ao vencer o tempo, entra pessoalmente na história. Nele, manifesta-se ao mundo a chave de interpretação de todas as coisas: a Palavra criadora, redentora e salvadora, que se fez carne e habitou entre nós, trazendo consigo toda a plenitude de sentido (Jo 1,14).

Esse movimento do *Logos* reúne os polos da necessidade e da contingência, descendo à condição humana marcada pela fragmentação, mutabilidade e limite. Trata-se da inserção do Verbo divino no vir-a-ser da existência concreta. Assim, inaugura-se um novo modo de relação entre o céu e a terra, estabelecido pela união entre Logos e sarx – Palavra e carne – o todo revela-se no fragmento, na linguagem de Balthasar.

Deus fala a cada um dos seus como a amigos (Ex 33,11; Jo 15,14-15). Mesmo sendo Deus que ninguém jamais viu, faz-se visível, rebaixa-se à condição humana como imagem do Deus invisível, arma sua tenda, faz-se parceiro para experimentar suas alegrias e esperanças de cada dia para assumi-la e redimi-la a partir de dentro. Razão pela qual toda realidade foi feita, é Palavra de Deus que rompe o silêncio, cumpre a promessa e revela a face amorosa do Pai, dando a conhecer sua luz àqueles que andavam nas trevas do pecado e na ausência de sentido. O emblemático prólogo de João elucida de maneira densa e sintética a revelação a



partir da encarnação e esta, por sua vez, instaura uma relação que não se dá apenas em nível gnosiológico, mas antes experiencial, existencial e salvífico (Jo 1,18; Fl 2; GS 1).

Em sua iniciativa de amar, Deus sustém, sacia e até faz crescer o sentimento de busca por ele. A revelação do rosto divino em Jesus provoca a ação humana de corresponder a seu chamado de comunhão. O agir histórico de Deus é movimento de doar-se desinteressadamente – localizado no nível pré-crítico, tácito, não-intelectualizado e não-matematizável – que constitui o alicerce sobre o qual é erigido o grande edifício da fé. O polo teológico une-se ao antropológico. Constituem faces de uma mesma moeda, em vez de realidades estanques, hermeticamente fechadas e sem relação alguma. Não cabe conceber a experiência com Jesus na fé sem a luz da revelação e vice-versa. Pela coerência de suas obras e palavras é aberto o caminho de acesso a Deus. Isso quer dizer que a autocomunicação de Deus na história é condição de possibilidade para nossa experiência de fé. Sua justificação não está no conteúdo cognitivo que carrega e nem em si mesma, mas sim na oferta livre de Deus que possibilita nossa resposta pessoal consciente e deliberada (Schillebeeckx, 2020, p. 48).

Por fim, a história da revelação de Deus como Palavra, que teve início na experiência da autocomunicação divina aos Patriarcas e aos profetas e alcança sua plenitude no Filho, é atualizada pelo Espírito Santo. Por sua ação em nós é que reconhecemos o senhorio de Jesus (1Cor 12,3), sua identidade de Messias (Mc 8,27), a compreendemos o real sentido de tudo aquilo que fora ensinado por ele (Jo 14). O Espírito da Verdade continua a obra da revelação salvadora de Cristo no mundo, encanta os corações, aquece-os e forma-os conforme os sentimentos do seu coração. No processo catequético, é o Espírito, Senhor que dá vida, beleza e coerência para um autêntico discipulado cristão (Doc. 107, 100-101).

3 A Revelação divina na missão evangelizadora: dos Padres da Igreja ao Concílio Vaticano II

Os Padres da Igreja reconhecem essa dinâmica intrínseca ao processo da revelação. Movidos pelo anúncio querigmático da salvação, eles primeiro se dedicam a apresentar, de forma clara a estrutura e o conteúdo da revelação, confrontando os erros doutrinários que surgiam.

Irineu de Lyon, por exemplo, defende uma visão dinâmica e progressiva da revelação em resposta às interpretações heréticas das Escrituras em sua época. Com base em Mateus 11,27, ele argumenta que a revelação acontece de maneira histórica e gradual. Segundo ele,



Deus se comunica com a humanidade de diferentes modos: por meio da criação, da ordem do mundo, do corpo humano e, de modo mais elevado, através do Verbo Encarnado.

Já Clemente de Alexandria, Orígenes, Atanásio e Cirilo adotam uma abordagem mais apologética, incorporando elementos da filosofia grega como preparação para a fé na revelação. Eles comparam a função da filosofia para os gregos com a da Lei para os judeus: ambas servem como caminho que os conduz à salvação revelada em Cristo (Fisichella, 2015, p. 74).

No período patrístico, não há uma reflexão sistemática sobre a revelação, mas os Padres da Igreja mantêm uma visão holística da autocomunicação divina. Eles associam a "palavra de Deus" a conceitos como: tradição (em Irineu e Cipriano), regra do Evangelho (na *Didaqué*), regra da fé (em Tertuliano). Sua originalidade está em ressignificar elementos pagãos, como a filosofia grega; intuir uma noção dinâmica e histórica da revelação; ampliar sua compreensão a partir da experiência do sujeito. Os Padres então, combinam a busca filosófica pela verdade com a experiência cristã da verdade em Cristo (Fisichella, 2015, p. 74).

Já a escolástica, por sua vez, parte do princípio *fides quaerens intellectum* (a fé em busca de compreensão). Nesse contexto, a revelação é vista principalmente como uma realidade gnoseológica (relacionada ao conhecimento). Em meio à tensão entre fé e razão, busca-se uma visão integral que una: racionalidade (o esforço humano de entender); dom divino (a graça da revelação). Boaventura entende a revelação como uma “luz para a razão”, que ilumina o conhecimento humano. Tomás de Aquino, por sua vez, une os aspectos cognoscitivo (do conhecimento) e salvífico (da salvação), definindo a revelação como: “a comunicação, por parte de Deus, de todas as verdades necessárias e úteis para a salvação”. Assim, estabelece-se uma relação entre: Deus que se revela; as verdades da salvação como luz para a razão. No entanto, surge, mesmo que inconscientemente, uma cisão entre revelação e salvação – como se a primeira fosse principalmente transmissão de verdades, e a segunda, sua finalidade:

Enquanto para o período bíblico e patrístico os dois termos são de per si sinônimos, quer dizer, o Deus que se faz conhecer é o mesmo Deus que salva, com a Escolástica a revelação se torna o conjunto das doutrinas que, se conhecidas, conduzem à salvação. A revelação é limitada ao componente gnosiológico da história da salvação (Fisichella, 2015, p. 75).



Se na perspectiva bíblica e patrística Deus é aquele que se revela salvando o ser humano na história, na escolástica ele se revela como objeto de conhecimento acessível à razão auxiliada pela realidade da fé. A fé está intimamente ligada à revelação como espécie de suplemento à capacidade cognitiva humana para seu conhecimento. Em vez de resposta à ação revelante de Deus ao se comunicar-se a si mesmo, é uma potência a mais concedida ao homem como luz de sua razão. A ênfase recai sobre o ato de vontade, livre adesão, assentimento à manifestação do objeto divino em linguagem humana. De fato, na esfera epistemológica, a forma e conteúdo de determinado objeto são captáveis por simples apreensão e logo é formado uma forma mentis da coisa abstraída. Nestes termos, Deus seria o conteúdo da revelação e a forma seria sua encarnação (Fisichella, 2015, p. 76).

No século XVI, o Concílio de Trento abordou a questão das fontes e meios da revelação, reafirmando que o Evangelho — entendido como a plena manifestação de Jesus Cristo, a Palavra de Deus — não está contido apenas nas Escrituras, mas também se expressa na Tradição, ou seja, no ensinamento dinâmico e gradual desenvolvido ao longo do tempo pela fé da Igreja.

A Reforma Protestante, no entanto, rompeu a unidade cristã e colocou em xeque os fundamentos da religião revelada. Como reação, surgiu uma religião natural, marcada pela ideia de um Deus distante — comparado a um "relojoeiro" que, após criar o mundo, não mais interfere em seu funcionamento (deísmo). Essa visão negava a ação divina na história e reduzia a religião a princípios racionais.

Em oposição a essa corrente, pensadores como Francisco Suárez defenderam uma valorização da revelação como manifestação direta da verdade de Deus, rejeitando a separação entre fé e história (Fisichella, 2015, p. 77).

Os primórdios da modernidade, marcados pela emancipação da razão e pela autonomia do sujeito, colocaram novos desafios para a teologia. Com o Iluminismo, ocorreu uma dessacralização do cosmos e uma crise da autoridade religiosa, questionando os fundamentos da fé cristã. Diante desse cenário, o Concílio Vaticano I (1870) reafirmou, em sua constituição *Dei Filius*, dois modos de conhecimento de Deus: o primeiro pela luz natural da razão — “Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão humana, a partir das coisas criadas” (DS 3004). O segundo, pela luz sobrenatural da fé: “são propostos para crermos mistérios escondidos em Deus, que não podemos conhecer sem a divina revelação” (DS 3015). Assim, o Concílio reafirmou a



complementaridade entre razão e fé, resistindo à secularização moderna sem negar a capacidade racional humana.

Para a *Dei Verbum*, a revelação exige uma nova abordagem: em Jesus Cristo, Deus comunica ao mundo, dentro da história, o mistério de sua vontade e bondade. Ele não apenas fala, mas dialoga, convida e propõe a todos a participação em sua comunhão (Ef 1,9; 2Pd 1,4). Em Cristo, as obras revelam o ser de Deus, e as palavras explicam o significado dessas obras. Jesus é, ao mesmo tempo, o mediador e a plenitude de toda a revelação, manifestando o plano divino da salvação.

Enviado como Palavra, o Filho assume um corpo humano (Hb 10,5-10) e conduz a humanidade a um conhecimento experiencial de Deus (Jo 17,3). Ele veio para que os homens possam chegar ao Pai por meio dele, pela força e graça do Espírito (DV 2). É nesse contexto que entendemos a seguinte afirmação:

Jesus Cristo, Verbo feito carne, enviado "como homem aos homens", "fala", portanto, "as palavras de Deus" (Jo 3,34) e consuma a obra de salvação que o Pai lhe mandou realizar (cf. Jo 5,36; 17,4). Por isso, ele – ao vê-lo se vê também o Pai (cf. Jo 14,9) –, com toda a presença e manifestação da sua pessoa, com palavras e obras, sinais e milagres, e sobretudo com a sua morte e gloriosa ressurreição dentre os mortos, enfim com o envio do Espírito de verdade, aperfeiçoa a Revelação completando-a, e confirma-a com um testemunho divino: o de termos Deus conosco para nos libertar das trevas do pecado e da morte, e para nos ressuscitar para a vida eterna (DV 4).

Pela vinda de Cristo, o Espírito Santo foi derramado no coração de cada pessoa humana a fim de capacitá-la para um salto qualitativo na fé, à experiência da nova condição proporcionada por ele: chamar a Deus de Abba, Pai (Gl 4,4-6). Pelo dom do Espírito derramado em cada coração humano, nos tornamos “filhos no Filho”, participantes de sua condição filial, habilitados à comunhão mesmo entranhados na história. A filiação adotiva da qual Paulo fala é o pertencimento de cada ser humano à vida de Deus mediante o mistério de sua revelação cuja forma e conteúdo é a Trindade (Forte, 2018, p. 47-49).

Para Karl Rahner, não existe, pois, um abismo intranscendível entre a busca racional humana por identidade (antropologia filosófica) e a revelação em Jesus Cristo de que somos filhos de Deus. Pela humanidade que Cristo assumiu, toda pessoa é destinatária da mensagem cristã - um discípulo em potencial, um ouvinte da Palavra. No entanto, para corresponder a



essa Palavra e concretizar o discipulado, é necessária uma resposta livre, consciente e aberta ao acolhimento da filiação divina.

Essa perspectiva nos ajuda a entender a profunda relação entre história da salvação e revelação. Por um lado, a história da salvação mostra como eventos históricos concretos, aparentemente casuais, tornam-se portadores de verdade salvífica. Ela revela a ação livre e amorosa de Deus, desde a criação até a consumação final na visão beatífica. Por outro lado, a revelação é o processo pelo qual Deus se oferece ao ser humano como verdade iluminadora e força transformadora de vida. Assim, a revelação aparece como um caminho pedagógico pelo qual Deus gradualmente se dá a conhecer à humanidade (Rahner, 2019, p. 37-59).

Desse modo, podemos afirmar que o fundamento sobre o conhecimento de Deus está em sua revelação, em sua manifestação na carne humana (Jo 1,14). De fato, Deus se comunica plenamente para transformar a existência humana e renovar a história (GS 11). Ele atuou com mãos humanas, refletiu com uma mente humana, decidiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Desta forma única, Cristo revelou simultaneamente o divino ao humano e o humano a si mesmo (GS 22).

4 Revelação divina como condição para experiência e transmissão da fé

Chegamos ao último ponto de nossa reflexão com uma verdade fundamental: “Ao se revelar, Deus quer capacitar os homens a responder-lhe, conhecê-lo e amá-lo muito além de suas próprias limitações” (CIC 52). Deus, que ama seu povo escolhido, espera dele uma resposta: adesão, envolvimento e fé.

Os bispos da América Latina e do Caribe complementam essa ideia do Catecismo: “Conhecer Jesus é o maior presente que alguém pode receber; tê-Lo encontrado foi o melhor que nos aconteceu, e anunciá-Lo com palavras e ações é nossa maior alegria” (DAp 29). Nessas palavras, resume-se todo o processo humano-divino – teândrico – da revelação, da experiência e da transmissão da fé.

Porém, a sociedade atual está marcada pela desconfiança e crise de autoridade. Aliados a tais doenças encontram-se o individualismo, o consumismo e a cultura do descarte. O homem moderno, imerso no imediatismo e na perda do sentido transcendente, vive angustiado, reduzindo as relações a meras trocas de interesses. Preso à autorreferencialidade



(avaliar tudo a partir de si mesmo), ele dificilmente acolhe essa proposta cristã. Nesse contexto, a transmissão da fé pelo modelo tradicional – simples recepção – mostra-se insuficiente para os desafios da nossa época.

A catequese de inspiração catecumenal, com toda a sua metodologia, pode ser esse processo necessário para apresentar ao homem de hoje, o seguimento como resposta a toda a sua inquietação, uma vez que a fé é um dom que exige conversão:

A fé é como uma caminhada. Mais exatamente: é seguir o caminho de Jesus. O que os discípulos fizeram pelos caminhos da Galiléia e da Judéia até a Cruz, acompanhando fisicamente Jesus e comungando sempre mais de sua vida e de ideal, deve ser feito hoje, em nosso meio. É o programa que nos propõem os Evangelhos. Eles foram escritos, não apenas para recordar o itinerário terreno de Jesus, mas para fazer dele o roteiro ideal da caminhada de todo discípulo. É evidente, nisso, que a fé não é só uma adesão intelectual, um conhecimento da doutrina de Jesus. Ela é uma opção de vida, uma adesão de toda a pessoa humana a Cristo, a Deus e a seu projeto para o mundo (CR 64).

Por isso, a fé não pode ser uma tarefa isolada, alheia ou desconectada da vida cotidiana. Ela não se reduz a um simples “transpor” de informações, mas envolve tanto a vida de quem anuncia como a vida de quem recebe a mensagem.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, percorreremos o itinerário da revelação de Deus ao ser humano na história. Com base nessa trajetória, propomos uma compreensão renovada da revelação como alicerce tanto da experiência de fé quanto de sua transmissão. É através do diálogo vivo de Deus – que se adapta à nossa condição humana – que conseguimos discernir a verdade divina em nosso cotidiano. Esse processo dinâmico pode ser sintetizado em cinco ações essenciais que delineiam o caminho da fé: receber, encontrar, experimentar, viver e testemunhar.

Recebemos o anúncio querigmático, proclamado com ardor pela Igreja nascente, como ponto de partida da fé. Este anúncio atravessa nossos ouvidos e imediatamente provoca inquietação, arrancando-nos do sono existencial, da vida sem sentido e da letargia espiritual. Através desta proclamação ardente e intencional da fé, nos abrimos ao dom do Espírito Santo, que nos guia ao encontro pessoal com Cristo. Como Jesus convidou os primeiros discípulos, hoje nos repete o mesmo chamado: 'Vinde e vede' (Jo 1,39). Permanecer n'Ele torna-se o



imperativo categórico para quem O encontra e se deixa transformar. Desta comunhão contínua nasce uma experiência profunda de Deus, capaz de inspirar um projeto de vida totalmente configurado por Seu amor e por Seu Reino – realidade tangível, transbordante de vida e verdade autêntica.

Esse encontro transformador eleva a pessoa de mero ouvinte à condição de discípulo missionário. Desta experiência nasce um testemunho autêntico, coerente e fecundo: Jesus Cristo é o Senhor da vida, e Seu amor supera até mesmo o valor da própria existência (SI 64). Neste contexto, ecoam as palavras proféticas dos bispos em Aparecida: 'Conhecer Jesus é a maior dádiva que alguém pode receber; tê-Lo encontrado foi o melhor que nos aconteceu; e revelá-Lo com palavras e ações constitui nossa maior alegria' (DAp 29).

Portanto, apenas quem acolheu Jesus como dom gratuito, encontrou-se pessoalmente com Ele, experimentou profundamente Sua misericórdia e fez do seguimento a Cristo a opção fundamental da vida, está verdadeiramente habilitado a testemunhar a força transformadora do Evangelho. Em essência, a autêntica catequese exige alguém que tenha sido transfigurado pelo processo dinâmico de: receber a fé, encontrar Cristo, experimentar Sua graça, viver o discipulado e transmitir com fidelidade este tesouro.

Referências

BEUTLER, J. **Evangelho segundo João**: comentário. Loyola: São Paulo, 2016.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Paulus, 2002.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2001.

CELAM. **Documento de Aparecida**: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília; São Paulo: Edições CNBB; Paulus; Paulinas, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Iniciação à vida cristã**: itinerário para formar discípulos missionários. Brasília: Edições CNBB, 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Catequese Renovada**. Brasília: Edições CNBB, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretório nacional de Catequese**. Brasília: Edições CNBB, 2008.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Sacrosanctum Concilium**: sobre a Sagrada Liturgia. São Paulo: Paulus, 2001, p. 33-86 (Clássicos de bolso).



DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Dei Verbum:** sobre a Divina Revelação. São Paulo: Paulus, 2001, p. 175-198 (Clássicos de bolso).

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Gaudium et Spes:** sobre a relação da Igreja com o mundo contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2001, p. 539-661 (Clássicos de bolso).

FISICHELLA, R. **Introdução à Teologia Fundamental.** Loyola: São Paulo, 2015.

FISICHELLA, R. A Revelação como Palavra de Deus. Cadernos do Concílio – 2. Brasília: Edições CNBB, 2023.

FORTE, B. **Teologia da História:** Ensaio sobre a revelação, o início e a consumação. São Paulo: Paulus, 2018.

JOÃO PAULO II, Papa. **Catechesi Tradendae.** São Paulo: Paulinas, 1979.

PANNENBERG, W. Teologia Sistemática. v.I/III. São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. **Diretório para a Catequese.** São Paulo: Paulus, 2020.

RAHNER, K. **Curso Fundamental da fé:** Introdução ao conceito de cristianismo. São Paulo: Paulus, 2019.

REINERT, J. F. **Paróquia e Iniciação Cristã:** A interdependência entre renovação paroquial e mistagogia catecumenal. São Paulo: Paulus, 2015.

REINERT, J. F. **Inspiração Catecumenal e Conversão Pastoral.** São Paulo: Paulus, 2018.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. **Ritual de Iniciação Cristã de Adultos:** Tradução portuguesa para o Brasil da edição típica. São Paulo: Paulus, 2001.

SCHILLEBEECKX, E. **História Humana:** revelação de Deus. São Paulo: Paulus, 2020.